

Sumário

Introdução

Capítulo I – Surgimento, princípios e finalidade da Corregedoria Nacional de Justiça

- 1.1. Considerações preliminares
- 1.2. Natureza e composição do Conselho Nacional de Justiça
 - 1.2.1. Da composição do Conselho Nacional de Justiça
 - 1.2.2. Das competências do Conselho Nacional de Justiça
- 1.3. Atribuições constitucionais e regimentais do corregedor nacional de justiça
- 1.4. Competência concorrente em matéria disciplinar e princípios que regem a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça
 - 1.4.1. Da competência concorrente
 - 1.4.2. Dos princípios

Capítulo II – Instrumentos de atuação da Corregedoria Nacional de Justiça

- 2.1. Introdução
- 2.2. Representação por excesso de prazo
 - 2.2.1. Pressupostos
 - 2.2.2. Critérios para a verificação do excesso de prazo injustificado
 - 2.2.3. Do trâmite da representação por excesso de prazo
 - 2.2.4. Representação por excesso de prazo – Resumo
- 2.3. Reclamação disciplinar
 - 2.3.1. Competência concorrente – Primariedade da Corregedoria Nacional de Justiça
 - 2.3.2. Pressupostos
 - 2.3.3. Trâmite
 - 2.3.4. Da reclamação disciplinar que aborda crime cometido via decisão judicial
 - 2.3.5. Reclamação disciplinar – Resumo
- 2.4. Pedido de providências
 - 2.4.1. Pedido de providências – Resumo
- 2.5. Sindicância
 - 2.5.1. Lineamentos gerais
 - 2.5.2. Da observância do contraditório e ampla defesa na sindicância

- 2.5.3. Do trâmite da sindicância
- 2.5.4. Sindicância – Resumo
- 2.6. Avocação
 - 2.6.1. Lineamentos gerais
 - 2.6.2. Do objeto da avocação
 - 2.6.3. Do trâmite da avocação no CNJ
 - 2.6.4. Avocação – Resumo
- 2.7. Revisão disciplinar
 - 2.7.1. Lineamentos gerais
 - 2.7.2. Do conceito de “processos disciplinares julgados”
 - 2.7.3. Dos pressupostos para a revisão dos processos administrativos disciplinares
 - 2.7.3.1. O prazo decadencial
 - 2.7.3.2. A legitimidade passiva
 - 2.7.4. Das hipóteses de cabimento
 - 2.7.5. Do procedimento no âmbito da Corregedoria Nacional de Justiça
 - 2.7.6. Revisão disciplinar – Resumo
- 2.8. Inspeção e correição
 - 2.8.1. Da inspeção
 - 2.8.2. Da correição
- 2.9. Recurso administrativo
- 2.10. Controle Judicial das decisões proferidas pelo Conselho Nacional de Justiça
 - 2.10.1. Da competência para apreciação de ações contra o CNJ
 - 2.10.2. Dos limites da revisão jurídica dos atos do CNJ
- 2.11. O poder geral de cautela da Corregedoria Nacional de Justiça
- 2.12. Atividade normativa (recomendações, provimentos, instruções e orientações)
- 2.13. Das sessões de julgamento
 - 2.13.1. Das sessões virtuais
 - 2.13.2. Do sigilo nos procedimentos

Capítulo III – Os serviços notariais e de registro e a Corregedoria Nacional de Justiça

- 3.1. Natureza e submissão das serventias extrajudiciais ao controle do Poder Judiciário
- 3.2. Do controle administrativo exercido pela Corregedoria Nacional sobre a atividade cartorial
- 3.3. Do controle disciplinar e correccional exercido pela Corregedoria Nacional sobre a atividade cartorial
- 3.4. Temas recorrentes no CNJ quanto às Serventias Extrajudiciais
 - 3.4.1. Da imprescindibilidade do concurso público para outorga das delegações das serventias extrajudiciais e sua consequência para o CNJ
 - 3.4.2. Do concurso público para o provimento derivado e as remoções irregulares
 - 3.4.3. Do teto remuneratório dos responsáveis interinamente por delegações vagas do serviço extrajudicial de notas e de registro
 - 3.4.4. Da obediência ao princípio da territorialidade para realização de notificação extrajudicial
- 3.5. Atos Normativos da Corregedoria Nacional de Justiça referentes à regulação da atuação das serventias extrajudiciais

Capítulo IV – Temas jurídicos afetos à atuação da Corregedoria Nacional de Justiça

- 4.1. A aposentadoria e sua repercussão na apuração de infração disciplinar
 - 4.1.1. Do *jus puniendi* administrativo e das funções da sanção disciplinar
- 4.2. A prescrição e a decadência no direito administrativo-disciplinar
 - 4.2.1. Os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da boa-fé no Estado Democrático de Direito
 - 4.2.2. A prescrição da pretensão punitiva disciplinar
 - 4.2.2.1. O primeiro momento do exercício da pretensão punitiva disciplinar e seu prazo
 - 4.2.2.2. A utilização do prazo prescricional penal na hipótese de a infração disciplinar também ser capitulada como crime
 - 4.2.2.3. O termo inicial do prazo prescricional do primeiro momento de exercício da pretensão punitiva disciplinar
 - 4.2.2.4. A interrupção do primeiro momento do prazo prescricional
 - 4.2.2.5. O término da interrupção e a volta do curso do prazo prescricional
 - 4.2.3. A decadência e o direito de rever os processos disciplinares
- 4.3. A análise de eventuais distorções patrimoniais de servidores e membros do Poder Judiciário pela Corregedoria Nacional de Justiça
- 4.4. O sigilo nos procedimentos afetos à Corregedoria Nacional de Justiça
- 4.5. A fiscalização da atividade administrativa e financeira dos tribunais
 - 4.5.1. A relação da Corregedoria Nacional de Justiça com órgãos de controle externo e interno

Capítulo V – O sistema de corregedorias no âmbito nacional, federal, regional e estadual

- 5.1. A relação entre a Corregedoria Nacional de Justiça e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal, a Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral e a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho
- 5.2. A convivência harmônica com as Corregedorias dos Tribunais de Justiça Estaduais
- 5.3. A Coordenação de Controle Regional das 5 (cinco) Regiões do País (CCR5)

Capítulo VI – Conclusão

Bibliografia

Anexos